

**A COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM LOCUÇÕES VERBAIS: ENTRE A
NORMA PREDICADA E A PRATICADA**

**PRONOMINAL PLACEMENT IN VERBAL GROUPS: BETWEEN THE
PREDICATE NORM AND THE PRACTICED ONE**

Ana Teixeira

Universidade Federal do Piauí

Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos

Universidade Federal do Piauí

Resumo: O presente artigo apresenta bases teóricas da História das Ideias Linguísticas em diálogo com algumas noções da Sociolinguística Variacionista. O objetivo geral é o de comparar regras predicadas sobre colocação pronominal em locuções verbais em gramáticas normativas com os usos efetivamente praticados em textos escritos cultos dos primeiros quinze anos do século XXI. No âmbito do *predicado*, compulsa-se as gramáticas normativas de Rocha Lima (2012 [1957]), Bechara (2009 [1961]), Cunha e Cintra (2008 [1985]), Luft (2002 [1976]), Melo (1978 [1967]) e Said Ali (1969 [1924]). No âmbito do *praticado*, trabalha-se com textos jornalísticos, literários, científicos, religiosos e jurídicos, publicados nos quinze primeiros anos do século XXI. No cotejo entre o *predicado* e o *praticado*, de modo geral, há concordância entre as prescrições gramaticais e os usos dos brasileiros na escrita monitorada. Todavia, é notório comentar que os instrumentos linguísticos analisados, à exceção de Luft (2002 [1976]), podem repensar e trazer como regras básicas, e não como notas de rodapé ou observações ou em tópico à parte, as formas efetivamente realizadas pelos brasileiros, como é o caso da colocação intra-LVC sem hífen (V1cIV2). Com a realização do presente artigo, verifica-se a necessidade de o assunto de colocação pronominal em locuções verbais ser repensado e atualizado nas gramáticas normativas, no sentido de abarcar como regras básicas as realizações efetivamente em uso pelos brasileiros, particularmente em contextos monitorados.

Palavras-chave: Colocação pronominal; Locuções verbais; Norma predicada; Norma praticada; História das Ideias Linguísticas; Sociolinguística Variacionista.

Abstract: This article presents theoretical bases of the History of Linguistic Ideas in dialogue with some notions of Variationist Sociolinguistics. The general objective is to compare predicate rules about pronominal placement in verbal groups in normative grammars with the uses effectively practiced in cult written texts of the first fifteen years of the 21st century. Within the scope of the *predicate*, the normative grammars of Rocha Lima (2012 [1957]), Bechara (2009 [1961]), Cunha and Cintra (2008 [1985]), Luft (2002 [1976]), Melo (1978 [1967]) and Said Ali (1969 [1924]) are perused. In the field of the *practiced*, journalistic, literary, scientific, religious and legal texts, published in the first fifteen years of the 21st century are worked on. In the collation between the *predicate* and the *practiced*, in general, there is agreement between the grammatical prescriptions and the uses of Brazilians in monitored writing. However, it is notorious to comment that the analyzed linguistic instruments, with the exception of Luft (2002 [1976]), can be rethought and bring as basic rules, and not as footnotes or observations or in a separate topic, the forms effectively performed by Brazilians, as is the case of intra-LVC placement without a hyphen (V1cIV2). With the completion of the present article, it is verified the need for the subject of pronominal placement in verbal groups to be rethought and updated in

normative grammars, in the sense of embracing as basic rules the realizations effectively in use by Brazilians, particularly in monitored contexts.

Keywords: Pronominal placement; Verbal groups; Predicate norm; Practiced norm; History of Linguistic Ideas; Vacillationist Sociolinguistics.

Submetido em 17 de julho de 2023.

Aprovado em 04 de setembro de 2023.

Considerações iniciais

Em História das Ideias Linguísticas (HIL), a gramática, assim como o dicionário, segundo Aroux (2014 [1992]), fazem parte do processo de *gramatização*, o qual descreve e instrumentaliza uma língua e, diante disso, constituem-se pilares do saber metalinguístico. A gramática “não é uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la também como um *instrumento lingüístico*” (Aroux, 2014 [1992], p. 70), porque “uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor” (Aroux, 2014 [1992], p. 70). A gramática, pelo viés da HIL, é um artefato tecnológico que instrumentaliza uma língua a partir de referências e normas, sendo passível de análise e discussão de seus aspectos técnicos e seus efeitos para a produção do conhecimento linguístico.

Segundo Orlandi e Guimarães (2001), a partir da análise dos instrumentos linguísticos, é possível compreender também a construção da sociedade brasileira e ter consciência da história do PB. Tais instrumentos, enquanto objetos históricos, podem ser “um excelente observatório da constituição dos sujeitos, da sociedade e da história” (Orlandi, 2001, p. 9); em outros termos, “a produção tecnológica relacionada com a linguagem é, não há dúvida, lugar privilegiado de observação do modo como uma sociedade produz seu conhecimento relativamente à sua realidade” (Guimarães; Orlandi, 1996, p. 9). Diante disso, ancorando-se na perspectiva da HIL, pretende-se, com o presente artigo, realizar uma reflexão sobre a instrumentação linguística quanto ao estatuto da colocação pronominal em locuções verbais, em diálogo com algumas noções

¹ A noção de instrumento linguístico, a partir da articulação da HIL com a análise do discurso, pode abarcar a produção de saber linguístico que engloba não só a gramática e o dicionário, como também “outros objetos históricos, tais como relatos de viajantes e de missionários, manuais, cartilhas, glossários, enciclopédias, programas, parâmetros curriculares, museus, nomenclaturas, manifestos, etc.” (Ferreira, 2018, p. 25).

da Sociolinguística Variacionista (SV)², buscando relacionar o saber linguístico e a constituição do PB.

A colocação pronominal, tanto em tempo verbal simples quanto em locuções verbais, tem sido alvo de muitas pesquisas científicas nas últimas décadas. Em diversas perspectivas teóricas e enfocando os estudos da colocação pronominal em locuções verbais destacam-se, por exemplo, as pesquisas de Pagotto (1992, 1998); Schei (2002, 2003, 2010); Vieira (2002, 2003); Duarte e Pagotto (2005); Martins (2009, 2010); Nunes (2009, 2014); Biazolli (2010, 2012); Cavalcante, Duarte e Pagotto (2011); Peterson e Vieira (2012); Costa (2014); Santos e Vieira (2011) e Santos (2015).

Assim sendo, trabalhando com os domínios do *predicado* e do *praticado* (Barbosa, 2015)³, este texto tem como objetivo geral comparar regras⁴ predicadas sobre colocação pronominal em locuções verbais em gramáticas normativas com os usos efetivamente praticados em textos escritos cultos dos primeiros quinze anos do século XXI.

É oportuno esclarecer que as locuções verbais, também chamadas de complexos verbais ou lexias verbais complexas (LVC) são estruturas formadas por duas ou mais formas verbais que se relacionam, com integração sintático-semântica (Santos; Vieira, 2011; Costa, 2014). Nessas estruturas, há mobilidade do pronome oblíquo átono (clítico) que pode se encontrar em quatro posições: pré-LVC (cl-V1V2) - próclise ao verbo auxiliar (ex. *Aqui se pode pesquisar*); intra-LVC com hífen (V1-clV2) - ênclise ao verbo auxiliar (ex. *pode-se pesquisar*); intra-LVC sem hífen (V1clV2) - próclise ao verbo principal (ex. *pode se pesquisar*) e pós-LVC (V1V2-cl) - ênclise ao verbo principal (ex. *pode pesquisar-se*).

Partindo-se das noções de *variável* e *variante* do arcabouço teórico da SV se efetivam as análises no âmbito do *predicado* e do *praticado*. Calvet (2002, p. 90), apresentando os termos *variável* e *variante*, assim, nomeou-os: “variável o conjunto constituído pelos diferentes modos de realizar a mesma coisa (um fonema, um signo...) e

² Os primeiros projetos de HIL em âmbito brasileiro foram produzidos sobremaneira a partir da articulação com a análise de discurso e, no desenrolar do tempo, as pesquisas também se estenderam para diferentes áreas, tais como: “sintaxe, semântica, análise de discurso, semiótica, pragmática, sociolinguística, linguística indígena, lexicologia, filosofia da linguagem, história, estudos clássicos, ciências da informação e da cognição e literatura” (Ferreira, 2018, p. 20).

³ Segundo Barbosa (2015), o predicado refere-se à *norma padrão* dos manuais prescritivos; o praticado, por sua vez, à *norma culta*.

⁴ Para Dias (2007), as regras de concordância, de colocação de pronomes, regência etc. são dispositivos normativos.

por variante cada uma das formas de realizar a mesma coisa”. Para Tarallo (1994, p. 8), o conceito de *variante* linguística remete às “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade”; já o conceito de *variável* linguística se reporta ao “conjunto de variantes”.

A partir dessas conceituações de Calvet (2002) e Tarallo (1994), as *variáveis* se referem, neste texto, aos tipos de locuções verbais: *Auxiliar + Infinitivo*, *Auxiliar + Gerúndio* ou *Auxiliar + Particípio*, enquanto que o fenômeno da colocação pronominal nesses tipos de locuções verbais dizem respeito às *variantes*. Desta forma, trabalham-se com as seguintes *variáveis* e *variantes* linguísticas:

- Para a *variável Auxiliar + Infinitivo*, têm-se as *variantes*: 1. Colocação pré-LVC (cl-V1V2): próclise ao verbo auxiliar; 2. Colocação intra-LVC com hífen (V1-clV2): ênclise ao verbo auxiliar; 3. Colocação intra-LVC sem hífen (V1clV2): próclise ao verbo principal; 4. Colocação pós-LVC (V1V2-cl): ênclise ao verbo principal;

- Para a *variável Auxiliar + Gerúndio*, têm-se as *variantes*: 1. Colocação pré-LVC (cl-V1V2): próclise ao verbo auxiliar; 2. Colocação intra-LVC com hífen (V1-clV2): ênclise ao verbo auxiliar; 3. Colocação intra-LVC sem hífen (V1clV2): próclise ao verbo principal; 4. Colocação pós-LVC (V1V2-cl): ênclise ao verbo principal; e,

- Para a *variável Auxiliar + Particípio*, têm-se as *variantes*: 1. Colocação pré-LVC (cl-V1V2): próclise ao verbo auxiliar; 2. Colocação intra-LVC com hífen (V1-clV2): ênclise ao verbo auxiliar; 3. Colocação intra-LVC sem hífen (V1clV2): próclise ao verbo principal; 4. Colocação pós-LVC (V1V2-cl): ênclise ao verbo principal.

O estudo da posição dos clíticos, dependendo do *corpus* a ser utilizado na investigação, pode apresentar resultados diferentes. Em Vieira (2003), por exemplo, que se propôs a trabalhar com textos orais nas variedades do Português Europeu (PE), do Português Brasileiro (PB) e do Português Moçambicano (PM), pôde ser constatado que a colocação intra-LVC é a mais encontrada nessas variedades. Já, nas pesquisas de Nunes (2009), Martins (2010) e Costa (2014), que se propuseram a trabalhar com textos escritos, os resultados foram discrepantes. Nunes (2009) constatou que no século XIX há preferência pelo uso da colocação pré-LVC nas variedades do PB e PE; no século XX, por sua vez, no PE a colocação preferida é a pré-LVC, enquanto que no PB há equilíbrio no uso das colocações pré-LVC e pós-LVC, além de aumentar o uso da colocação intra-LVC sem hífen. Martins (2010) constatou que há uma diminuição constante no uso das colocações pré-LVC e intra-LVC com hífen, além de se encontrar, diferentemente dos escritos lisboetas, colocações pré-LVC e intra-LVC sem hífen, nos escritos catarinenses

dos séculos XIX e XX. Costa (2014) apresentou a colocação pós-LVC como a predominante nas missivas mineiras novecentistas. Diante disso, analisando-se as ocorrências dos clíticos em LCV nos textos contemporâneos, o presente texto almeja responder ao seguinte questionamento: qual é a ordem pronominal em LCV recorrente nos textos produzidos nos primeiros quinze anos do século XXI? A hipótese é a de que a posição intra-LVC sem hífen é a efetivamente praticada nos textos contemporâneos monitorados, tendo em vista que essa posição é considerada por muitos pesquisadores como marca brasileira (Teyssier, 2001; Vieira, 2002; Bagno, 2009; Schei, 2010).

Metodologicamente, no âmbito do *predicado*, seleciona-se seis gramáticas normativas a fim de verificar as prescrições sobre colocação pronominal em locuções verbais: a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima⁵ (2012 [1957]); a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara⁶ (2009 [1961]); a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha⁷ e Cintra⁸ (2008 [1985]); a *Moderna Gramática Brasileira*, de Luft⁹ (2002 [1976]); a *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, de

⁵ Carlos Henrique da Rocha Lima nasceu em 1915 no Rio de Janeiro e faleceu em 1991, na mesma cidade natal. Diplomou-se Bacharel em Ciências e Letras e se graduou Doutor em Letras. Foi gramático, filólogo, crítico literário, professor de português, latim e literatura. Ocupou diversos cargos administrativos em escolas, universidades e órgãos colegiados federais. Membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia; da Academia Brasileira da Língua Portuguesa; da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, entre outras. Autor de inúmeras obras na vertente da Filologia, da Literatura e dos Livros didáticos, além de trabalhos de direção e consultoria (Rocha Lima, 2012 [1957], p. 15-21).

⁶ Evanildo Cavalcante Bechara nasceu em 1928 no Recife (PE). É filólogo, gramático e professor, atuando em cursos de pós-graduação e de aperfeiçoamento para professores universitários e de ensino fundamental e médio. Bacharelou-se em 1948 e licenciou-se em 1949 em Letras, modalidade Neolatinas. Doutorou-se em Letras no ano de 1964. Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra. É representante brasileiro do novo Acordo Ortográfico e membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro, entre outros. Tem uma vasta produção contando com vários livros, capítulos de livros, artigos, verbetes em dicionários, teses de concursos, traduções, resenhas, prefácios, introduções e apresentações (Academia Brasileira de Letras, 2016a; Bechara, 2009 [1961]).

⁷ Celso Ferreira da Cunha nasceu em Teófilo Otoni (MG) em 1917 e faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1989. Foi professor, filólogo e ensaísta. Bacharelou-se em Direito (1938), licenciou-se em Letras (1940), formou-se Doutor em Letras e Livre-Docente em Literatura Portuguesa (1947). Ocupou importantes funções públicas. Pertencia à Academia Brasileira de Letras, à Academia das Ciências de Lisboa, à Academia Mineira de Letras, à Academia Brasileira de Filologia, ao Círculo Linguístico do Rio de Janeiro, entre outros. Contribuiu mormente em três vertentes: nos estudos dos cancionários, fundamentais para o conhecimento da origem e evolução da língua; nos estudos gramaticais com a publicação de inúmeros compêndios; e em ensaios com reflexões sobre a língua (Academia Brasileira de Letras, 2016b).

⁸ Luís Filipe Lindley Cintra nasceu em Espariz, Tábua, Portugal no ano de 1925 e veio a óbito em 1991 na capital de Portugal, Lisboa. Licenciou-se e doutorou-se em Filologia Românica, respectivamente em 1946 e 1952. Foi professor e linguista. Pertencia à Academia Espanhola de História, à Academia de Buenas Letras de Barcelona, à Academia Portuguesa de História e à Academia das Ciências de Lisboa. Integrou equipes que trabalharam para a concretização do Atlas Linguístico da Península Ibérica. Distinguiu-se, principalmente, como pesquisador nas áreas da literatura medieval, da linguística românica, da dialetologia e da geografia atual da Língua Portuguesa (Castro, c2016).

⁹ Celso Pedro Luft nasceu em Poço das Antas (RS) no ano de 1921 e seu falecimento se deu em 1995 na cidade de Porto Alegre. Foi gramático, filólogo, dicionarista e professor de Língua Portuguesa (Filologia e

Melo¹⁰ (1978 [1967]); e a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, de Said Ali¹¹ (1969 [1924¹²]). A escolha das obras se deve pelo fato de serem de referência e os autores, em geral, serem gramáticos, filólogos ou linguistas com reconhecimento nacional e com acurado saber sobre fatos linguísticos. Com a análise do conteúdo de cada artefato tecnológico, pretende-se apresentar uma síntese dos dispositivos normativos de colocação pronominal em locuções verbais e fazer uma exposição acerca dessa síntese.

No âmbito do *praticado*, trabalha-se com textos jornalísticos (editoriais da *Folha de S. Paulo* e do *O Estado de S. Paulo*), textos literários (contos e crônicas), textos científicos (capítulos de livros e artigos publicados em periódicos), textos religiosos (livros e artigos em meio digital ou em folhetos litúrgicos católicos) e textos jurídicos

gramática) em faculdades e universidades. Formou-se em Letras Clássicas e Vernáculas, especializou-se em Filologia portuguesa. Publicou diversas obras relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa: Dicionário prático verbal, Dicionário prático de regência nominal, Gramática resumida, Grande Manual Globo de Ortografia, Língua e liberdade, Luft – Regência nominal/regência verbal, Minidicionário Luft, Novo Guia Ortográfico, Novo Manual de Português, A palavras é sua, O romance das palavras, A vírgula, além da Moderna Gramática Brasileira (Luft, 2002 [1976]; Clemente, 2005).

¹⁰ Gladstone Chaves de Melo nasceu em Campanha, Minas Gerais, no ano de 1917 e foi a óbito em 2001, no Rio de Janeiro. Foi filólogo, linguista e professor de Linguística e Filologia Românica em universidades nacionais e internacionais. Bacharelou-se em Direito, mas foi no estudo da língua que se consagrou, recebendo em 1946 o título de Doutor e Livre-Docente em Língua Portuguesa na Universidade do Brasil (UB), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro da Academia Brasileira de Filologia, Círculo Linguístico do Rio de Janeiro, Sociedade de Língua Portuguesa (Lisboa), entre outros. Publicou muitas obras, as quais se destacam: *A Língua do Brasil* (1946); *Iracema*, de José de Alencar (1948); *A Língua e o Estilo de Rui Barbosa* (1950); *Conceito e Método da Filologia* (1951); e, *Iniciação à Filologia Portuguesa* (1951) (Penha, 2003).

¹¹ Manuel Said Ali Ida nasceu em Petrópolis (RJ) no ano de 1861 e faleceu no Rio de Janeiro em 1953. Foi professor de alemão, geografia, francês e inglês. Considerado o maior sintaticista da Língua Portuguesa. Sua vida foi dedicada ao trabalho e à pesquisa, traduzidos em várias obras e artigos publicados em revistas e jornais. Dentre suas obras se podem mencionar: *Compêndio de Geografia Elementar*; *Vocabulário Ortográfico*; *Dificuldades da Língua Portuguesa*; *Lexeologia do Português Histórico*; *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*; *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*; *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*; *Gramática Histórica*; *Versificação Portuguesa*; e, *Acentuação e Versificação Latina* (Bechara, 1962; Silva, 1993).

¹² Há pesquisadores que mencionam que a primeira edição é do ano de 1923 (Silva, 1993; Mendes, 2010; Hackerott, 2011) e outros, do ano de 1924 (Guimarães, 2004). A partir de dados coletados na *Hemeroteca Digital Brasileira*, da Fundação Biblioteca Nacional, em consulta efetivada em 27 de junho de 2023, pelos termos de pesquisa “grammatica secundaria” e no período de 1920-1929, foi possível encontrar dois periódicos que mencionam o ano de 1924: o *Correio Paulistano*, em nota divulgada em 24 de maio de 2024, e o *Brasiliense*, em artigo publicado em seu primeiro volume de 1925, disponíveis em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&pesq=%22grammatica%20secundaria%22&pasta=ano%201924&hf=memoria.bn.br&pagfis=14833 e <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=403920&Pesq=%22grammatica%20secundaria%22&pagfis=112>, respectivamente. Além disso, em consulta em 29 de junho de 2023, por e-mail, à Professora Marcia de Paula Gregorio Razzin, que já fez uma pesquisa de pós-doutorado em relação à produção de livros escolares da Editora Melhoramentos, ela pôde confirmar que a referida gramática teve sua primeira edição em maio de 1924, com uma tiragem de 15000 exemplares. Paralelo ao contato com a citada professora, também tinha sido feito contato com o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), da Editora Melhoramentos, e em 11 de julho de 2023, por e-mail (sac@melhoramentos.com.br), foi repassada a informação que o referido compêndio gramatical foi publicado pela primeira vez em maio de 1924.

(códigos e leis), publicados nos quinze primeiros anos do século XXI, a fim de se ter uma amostra da realidade linguística atual na modalidade escrita monitorada. Desta maneira, catalogam-se 500 ocorrências¹³ de colocação pronominal em contextos de locuções verbais, sendo 100 ocorrências de cada uma das categorias de textos, quais sejam: jornalística, literária, científica, religiosa e jurídica. Posteriormente, por categoria, organiza-se de acordo com a *variável* de locução verbal: *Auxiliar + Infinitivo*, *Auxiliar + Gerúndio* ou *Auxiliar + Particípio*, tendo em vista esta distinção em relação às regras das gramáticas selecionadas e a particularidade de cada construção. Cumpre esclarecer que as locuções formadas por mais de duas formas verbais, bem como as estruturas com mesóclise no verbo auxiliar, assim como os contextos com ordenamento de clíticos em locuções verbais com a presença de elemento interveniente (preposição, por exemplo), não compõem o *corpus* deste texto. Com isso, em seguida, procede-se com a análise segundo a posição do pronome oblíquo átono: pré-LVC (cl-VIV2): próclise ao verbo auxiliar; intra-LVC com hífen (V1-clV2): ênclise ao verbo auxiliar; intra-LVC sem hífen (V1clV2): próclise ao verbo principal; e pós-LVC (V1V2-cl): ênclise ao verbo principal, a fim de verificar a mais frequente. E, por fim, realiza-se o comparativo entre o que dispõe as gramáticas (*norma predicada*) e o que efetivamente os brasileiros realizam na escrita monitorada (*norma praticada*).

O trabalho, de natureza comparativa, quantitativa e qualitativa, com bases teóricas da HIL em diálogo com a SV, está estruturado com o seguinte percurso textual: inicia-se por uma discussão sobre a constituição da norma no Brasil, adentrando no estatuto da colocação pronominal; em seguida, pormenorizam-se sinteticamente as informações sobre colocação pronominal em locuções verbais nas gramáticas normativas pesquisadas; posteriormente, expõe-se a análise das ocorrências de colocação pronominal nos contextos de locuções verbais a partir de textos contemporâneos; logo depois, retrata-se o cotejo entre o *predicado* e o *praticado*; e, por fim, apresentam-se as considerações finais.

¹³ Os dados catalogados foram identificados por meio da seguinte codificação: (i) abreviatura da autoria; (ii) ano de publicação (entre 2000 e 2015); (iii) gênero textual (editorial [E], conto [CO], crônica [CR], capítulo de livro [CDL], artigo científico [AC], livro [L], artigo religioso em folheto litúrgico [ARFL], artigo religioso em meio digital [ARMD], código civil [CC]; código florestal [CF] e código de processo civil [CPC]; (iv) categoria (texto jornalístico [TJO], texto literário [TL], texto científico [TC], texto religioso [TR] e texto jurídico [TJU]); e (v) número da ocorrência dentro da categoria. A título de exemplificação, leia-se o código “(EDLC-2013-L-TR-301)” como a identificação de um dado produzido por Edmundo de Lima Calvo, no ano de 2013, num livro de categoria textual religiosa, sob o número 301 na ordem do *corpus*.

1. A constituição da norma no Brasil: a questão da colocação pronominal

Nos fins do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, principalmente nas de 30 e 40, grandes polêmicas foram travadas no que se refere às especificidades da língua no Brasil. Neste período, conforme Dias (2007, p. 184), “ganham vulto, nas discussões em torno da língua, as diferenças descritivas e analíticas relativas a pormenores de uso do português”.

Podem ser mencionadas as seguintes polêmicas em torno da língua nacional do Brasil, consoante Pfeiffer (2001):

em 1870, o escritor brasileiro José de Alencar, em seu *pós-escrito* à segunda edição de *Iracema*, responde às críticas feitas pelo filólogo português Pinheiro Chagas sobre o modo como escreve seu livro. Em 1879 e 1880, o jornalista e político brasileiro Carlos de Laet inicia uma polêmica com o escritor português Camilo Castelo Branco, opondo-se ao seu artigo “Fagundes Varela” em que a poesia e os poetas brasileiros são altamente criticados. A partir de seu artigo “Papelinhos”, o gramático e historiador brasileiro João Ribeiro iniciou, em 1913, uma polêmica com o brasileiro Carlos de Laet em torno de discussões gramaticais sobre a língua nacional. Esta polêmica durou três meses, ocupando o espaço de mais de trinta artigos, o que nos permite ver a dimensão que teve para os escritores. Finalmente, entre 1902 e 1907, travou-se a polêmica em torno da escrita do Código Civil entre o revisor do primeiro texto do código, o professor e filósofo brasileiro Carneiro Ribeiro, e seu antigo aluno, o Senador Rui Barbosa, responsável pela redação final do Código brasileiro (Pfeiffer, 2001, p. 167-168).

Tais polêmicas delineiam a coexistência de quatro eixos enunciativos que construíram sentidos diversos para a língua nacional do Brasil. O primeiro eixo enunciativo se construiu a partir da diferenciação entre a(s) língua(s) falada(s) no Brasil e a língua falada em Portugal, em um lugar discursivo de nacionalização; o segundo, a partir do delineamento de duas línguas, uma pertencente ao território português, a Língua Portuguesa, e a outra de ambos os territórios, a *língua do povo*, em uma posição enunciativa de um sujeito português que fala sobre a língua do Brasil; o terceiro, a partir da reivindicação de uma língua portuguesa de Portugal como sua língua, em uma posição enunciativa de um sujeito brasileiro; o quarto, a partir de um processo de constituição de uma identidade própria para a língua nacional brasileira, em que seu funcionamento não mais precisa de uma referência à língua de Portugal para a garantia de unidade (Pfeiffer, 2001).

Para Orlandi (2005), as contendas apresentavam dois lados e oscilavam entre uma

língua imaginária, a Língua Portuguesa, e uma *língua fluída*¹⁴, uma língua do dia a dia, a Língua Brasileira:

De um lado, o Visconde de Pedra Branca, Varnhagen, Paranhos da Silva e os românticos como Gonçalves Dias, José de Alencar alinhavam-se entre os que defendiam nossa autonomia propugnando por uma língua nossa, a língua brasileira. De outro, os gramáticos e eruditos consideravam que só podíamos falar uma língua, a língua portuguesa, sendo o resto apenas brasileirismos, tupinismos, escolhos ao lado da língua verdadeira. Temos assim, em termos de uma língua imaginária, uma língua padrão, apagando-se, silenciando-se o que era mais nosso e que não seguia os padrões: nossa língua brasileira (Orlandi, 2005, p. 29).

Desta forma, existiam aqueles que defendiam uma autonomia linguística e aqueles que defendiam a língua pura, a Língua Portuguesa, legada de Portugal. Para Faraco (2008, p. 110) havia dois grupos: “um conservador, purista; e outro, defensor da absorção, na escrita, de características próprias do modo brasileiro culto de falar a língua”. Segundo Teyssier (2001), muitos brasileiros, com a Independência, acreditavam que, para ter uma nação original, com cultura e literatura próprias, era preciso ter uma língua original. Com isso, além dos gramáticos, os escritores e os filólogos também tiveram espaços nessas querelas em relação à questão da língua no Brasil, considerada um “problema nacional da mais alta importância” (Teyssier, 2001, p. 111).

Faraco (2015), retratando sobre os ideários dos escritores românticos em defesa da língua nacional, fez os seguintes comentários:

A questão normativa emergiu com força no Brasil na segunda metade do século XIX. Surgiu como uma reação ao ideário de nossos autores românticos. Defendiam eles um projeto que desse forma literária às nossas paisagens e às nossas realidades socioculturais. Em outros termos, eles batalhavam por uma independência literária e cultural como desdobramento da independência política (Faraco, 2015, p. 21-22).

Os escritores principiam as controvérsias em relação à língua a partir do Romantismo. Quando publicou o romance *Iracema* em 1865, José de Alencar foi duramente criticado e acusado de escrever numa língua incorreta. As críticas foram intensas principalmente em relação à colocação dos pronomes átonos e Pinheiro Chagas era um dos “rigoristas acerbos” (Teyssier, 2001, p. 111). Sobre essas críticas, Faraco (2015) apresenta as seguintes considerações:

¹⁴ “À diferença da ‘língua imaginária’ construída como objeto fixado pela gramática, a ‘língua fluída’ está em constante mudança, eminentemente tomada na historicidade e no movimento” (Orlandi; Guimarães, 2001, p. 34).

As críticas negativas a esse ideário e a essa produção literária não se fizeram esperar. Intelectuais portugueses – alguns inclusive vivendo aqui e recebendo o patrocínio do imperador Pedro II – começaram a dizer que os autores brasileiros escreviam mal, desconheciam a língua e cometiam erros de gramática (Faraco, 2015, p. 22).

Mas Alencar teve uma defesa célebre contra o “purismo mesquinho e estéril” (Teyssier, 2001, p. 111), justificando suas escolhas como expressão de originalidade e autenticidade. Assim, após um momento de calma, outra polêmica ocorre entre os escritores. Rui Barbosa, numa atitude de purismo e tradicionalismo, busca modelo nos escritores portugueses do passado para criticar a redação do primeiro Código Civil Brasileiro (Teyssier, 2001). No que concerne a essa polêmica, é interessante observar o que disse Faraco (2015):

Rui Barbosa, nessa polêmica, não se concentrava propriamente em questões de natureza jurídica, mas, cheio de ressentimentos por não ter sido escolhido para redigir o Código, desclassificava o autor do texto (Clóvis Beviláqua), apontando inúmeros pretensos erros de português na redação do texto. Penso que nada foi mais nocivo para nossa cultura linguística do que esta famigerada polêmica, que se sustentou na cultura do erro elaborada no século XIX pela geração intelectual de Rui Barbosa e contribuiu para consolidar esta mesma cultura. Nem sequer as justas respostas de Ernesto Carneiro Ribeiro – o gramático que tinha revisado o texto do projeto –, fundamentadas nos usos dos autores clássicos da língua, conseguiram reverter o mal que Rui Barbosa fez ao imaginário nacional sobre a língua portuguesa do Brasil e nossas relações com ela (Faraco, 2015, p. 23).

Conforme Leite (2013, p. 132), “os defensores da norma brasileira apegavam-se à diferença das variedades portuguesa e brasileira, e os defensores da norma portuguesa se ocupavam de mostrar os erros de sintaxe da fala e da escrita dos brasileiros”. Ademais, Ilari e Basso (2014) pontuam que os vários debates em relação à noção de norma no Brasil giraram em torno de três sentidos diferentes que os litigiosos deram à questão, conforme se apresenta abaixo:

- da definição de uma norma **literária**, um problema que surgiu durante o período do romantismo, ligado à preocupação de dotar a literatura brasileira de uma linguagem literária própria;
- da elaboração de uma norma para o **português escrito culto**, que teve um momento importante na polêmica sobre o texto do Código Civil da Primeira República;
- da questão de estabelecer uma norma **fonética para o português brasileiro**, que foi debatida a propósito da pronúncia a ser usada no canto e no teatro, em dois congressos, realizados, respectivamente, em 1936 e 1957 (Ilari; Basso, 2014, p. 214).

E, assim, foi se constituindo querelas e mais querelas no estatuto da norma no Brasil. Nos termos de Faraco (2016):

o processo de normatização que se conduziu, com denodo e fúria, nas últimas décadas do século XIX, instituiu entre nós um conflito entre a norma gramatical e a norma culta, entre a norma predicada e a norma praticada (para aproveitar as expressões de Barbosa, 2015: 266) – conflito este que ainda nos persegue impiedosa e dolorosamente (cf. Faraco, 2008) (Faraco, 2016, p. 155).

Assim sendo, a partir de estudos descritivos do português do Brasil, constata-se o fosso existente entre as formas usuais do português falado, do português escrito e das gramáticas prescritivas. Pagotto (1998), por exemplo, confrontando o texto da constituição do Império (1824) e da primeira constituição da república (1892) verifica que a escritura dos dois textos é diferenciada. O autor advoga que a primeira foi escrita com uma gramática fundamentada no português clássico e a segunda, por outro lado, escrita com uma gramática embasada na atual norma padrão do português. Uma das marcas gramaticais mais acentuadas entre as constituições analisadas é em relação à colocação dos pronomes átonos: a primeira essencialmente proclítica e a segunda, enclítica. Nas palavras do autor:

No caso dos clíticos, foi feito um pequeno estudo quantitativo sobre todos os casos constantes nos dois textos. A diferença é gritante. A constituição do império chega a apresentar casos severamente condenados pela atual norma culta, como começar a sentença pelo clítico (Pagotto, 1998, p. 52).

Assim, percebem-se mudanças significativas nos escritos no decorrer do século XIX e, com isso, constata-se que o estabelecimento da *norma padrão* no Brasil foi um feito pautado num padrão lusitano, destoante com o que efetivamente brasileiros letrados utilizavam na fala monitora. No que se refere ao que seja *norma culta* (*norma praticada*) e *norma padrão* (*norma predicada*), Santos (2015) faz a seguinte distinção:

O *predicado* (norma padrão) corresponde à instância em que regras são formuladas no âmbito das postulações dos compêndios gramaticais; o *praticado* (norma culta), por seu turno, diz respeito à natureza efetivamente realizada da língua por indivíduos altamente escolarizados, que a testemunham em suas práticas linguísticas (Santos, 2015, p. 26).

Para Faraco (2008, p. 71) a *norma culta*, também, denominada por ele de *comum* e *standard*, é empregada para designar “o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de

fala e escrita”. E, ainda com o mesmo autor, a *norma padrão*, por sua vez, não é uma variedade da língua, como a *norma culta*, mas “um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização” (Faraco, 2008, p. 73). O mesmo autor, também, faz comentários distintivos dessas duas normas, conforme se vê abaixo:

Enquanto a norma culta/comum/*standard* é a expressão viva de certos segmentos sociais em determinadas situações, a norma-padrão é uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística (Faraco, 2008, p. 73).

No que se refere ao padrão como baliza e referência, Faraco (2016, p. 214) acrescenta que esse padrão “tem sua importância e utilidade como força centrípeta no interior do vasto universo centrífugo que caracteriza as línguas, em especial nas situações em que se busca alcançar certa uniformidade que atenua uma intensa dialeção”.

Lucchesi e Lobo (1988), trabalhando no cotejo entre a *norma culta* e da *norma padrão*, apresentam esses termos da seguinte forma:

a norma culta compreenderia os modelos comuns à fala das pessoas possuidoras da cultura do tipo formalizado, isto é, a cultura sistematizada e difundida pelo sistema de educação formal.
Por outro lado, a *norma padrão* compreenderia os modelos apresentados e prescritos pelas gramáticas normativas (Lucchesi; Lobo, 1988, p. 74).

Bagno (2015), diferentemente dos autores mencionados acima, se utiliza do termo *variedades prestigiadas* para se referir à *norma culta*, que engloba o conjunto de variedades faladas não apenas pelos cidadãos de maior nível de escolarização, mas ainda as variedades faladas pelos cidadãos de maior poder aquisitivo e de maior prestígio sociocultural. Já convergente com os autores mencionados, para Bagno (2015), a *norma padrão*, refere-se ao “modelo idealizado de língua ‘certa’ descrito e prescrito pela tradição gramatical normativa – e que de fato não corresponde a nenhuma variedade falada autêntica e, em grande medida, tampouco à escrita mais monitorada” (Bagno, 2015, p. 14-15).

É interessante, além dessa breve discussão sobre a constituição da norma no Brasil e distinções entre a *norma predicada (norma padrão)* e *norma praticada (norma culta ou norma comum ou norma standard ou variedades prestigiadas)*, apresentar-se algumas considerações sobre a colocação pronominal no Brasil.

A colocação pronominal é o tópico gramatical em que mais o PB se distingue do

português de Portugal. Para Bagno (2009, p. 95), “a colocação pronominal constitui decerto o melhor exemplo do esforço insano dos puristas para impedir o reconhecimento de uma língua caracteristicamente brasileira”.

Enquanto o português do Brasil manteve a colocação comum nos séculos XV e XVI, com a predominância da próclise – e isso em razão de termos mantido o vocalismo típico daquele período –, o português europeu derivou para a ênclise como a colocação predominante em razão das profundas alterações do vocalismo que ocorreram em Portugal a partir de meados do século XVII. As alterações do vocalismo (com a redução bastante drástica das vogais átonas no português europeu) afetaram o ritmo da fala lusitana, desencadeando alterações na colocação das palavras átonas como os pronomes oblíquos. No século XIX, eram já bem distintos o português europeu e o português brasileiro, seja na pronúncia, seja na sintaxe, seja ainda no vocabulário. E as nossas características, quando transpostas para a língua escrita, foram, então – ao cabo de um conjunto de pesadas polêmicas –, inadequadamente classificadas como erro (Faraco, 2015, p. 22).

Teyssier (2001), retratando acerca das principais características sintáticas do PB, no que se refere aos seus aspectos conservadores e inovadores, apresenta duas categorias, quais sejam, as pertencentes à língua normal, vistas como brasileiras, mas “corretas”, e as pertencentes ao registro vulgar, vistas como brasileiras, mas “incorretas”. Segundo o autor, a colocação dos pronomes pessoais átonos é um dos assuntos em que mais o PB se distancia do PE. As construções com pronome átono em próclise, como em *João se levantou*, que foram correntes no português clássico, mas atualmente em desuso no PE, são um exemplo de conservadorismo do PB e tida como um brasileirismo pertencente à língua normal. Já as construções com pronome átono em início absoluto (ex. *Me parece que*) e as construções em que o pronome vem proclítico ao principal numa locução verbal, “ex.: *Pode me dizer?* e *não pode-me dizer?*, *ia pouco a pouco se afastando* e *não ia-se pouco a pouco afastando*, *não tinha ainda se afastado* em lugar de *não se tinha ainda afastado*” (Teyssier, 2001, p. 106), são exemplos de inovações do PB, tidas como brasileirismos normais.

Após a apresentação da revisão de literatura, que abarcou uma breve constituição da norma no Brasil e sucintas considerações sobre a colocação pronominal no Brasil, passa-se à apresentação dos resultados das análises em relação à norma predicada e praticada.

2. A colocação pronominal em locuções verbais no âmbito do *predicado*

A partir das considerações apresentadas em cada artefato tecnológico compulsado, apresenta-se, a seguir, um apanhado geral da posição dos clíticos pronominais em relação aos contextos das formas do verbo principal no infinitivo, no gerúndio e no particípio:

Quadro 1. Síntese dos dispositivos normativos de colocação pronominal em locuções verbais, segundo os artefatos tecnológicos pesquisados.

Contexto	Posição pronominal	Lexias Verbais Complexas			
		cIVIV2	V1-clV2	V1clV2	V1V2-cl
Compêndios de Rocha Lima (2012 [1957]), Bechara (2009 [1961]), Cunha e Cintra (2008 [1985]) e Luft (2002 [1976])					
	Auxiliar + Infinitivo	x	x	x	x
	Auxiliar + Gerúndio	x	x	x	x
	Auxiliar + Particípio	x	x	x	
Compêndio de Melo (1978 [1967])					
	Auxiliar + Infinitivo	x	x	x	x
	Auxiliar + Gerúndio	x	x	x	x
	Auxiliar + Particípio	-	-	-	-
Compêndio de Said Ali (1968 [1924])					
	Auxiliar + Infinitivo		x		x
	Auxiliar + Gerúndio		x		x
	Auxiliar + Particípio	x	x		

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Verifica-se que há uma coincidência, decerto, aos preceitos expressos nos compêndios de Rocha Lima (2012 [1957]), Bechara (2009 [1961]), Cunha e Cintra (2008 [1985]) e Luft (2002 [1976]) quanto à mobilidade dos clíticos pronominais nos contextos de locuções com auxiliar + infinitivo, auxiliar + gerúndio e auxiliar + particípio. Apresentando-se, ainda, a inexistência da colocação pós-LVC (V1V2-cl), de forma majoritária, para os contextos de locuções com auxiliar + particípio.

O compêndio gramatical de Melo (1978 [1967]), por seu turno, coincide em relação às regras dos compêndios de Rocha Lima (2012 [1957]), Bechara (2009 [1961]), Cunha e Cintra (2008 [1985]) e Luft (2002 [1976]) quanto aos contextos de locuções com auxiliar + infinitivo e auxiliar + gerúndio. No entanto, não apresenta considerações sobre os contextos de locuções com auxiliar + particípio.

Já, no compêndio gramatical de Said Ali (1968 [1924]), vê-se uma discrepância em relação à mobilidade dos clíticos e os contextos a serem utilizados. Neste compêndio, a colocação pré-LVC (cIVIV2) pode ser usada nos contextos de locuções com auxiliar + infinitivo; a colocação intra-LVC com hífen (V1-clV2) pode ser usada nos contextos de locuções com auxiliar + infinitivo, auxiliar + gerúndio e auxiliar + particípio; e, a colocação pós-LVC (V1V2-cl) pode ser aplicada em contextos com auxiliar + infinitivo

e auxiliar + gerúndio. Uma das possibilidades para justificar essa ausência seria pelo autor, pelo menos na apresentação do tópico *Colocação do pronome átono nas conjunções compostas e perifrásticas*, não fazer referência a regras de colocação em tempo simples ou por não trazer notas explicativas para usos diferenciados entre o PB e o PE, conforme realizado pelos demais autores das obras pesquisadas.

A fim de contribuir com a análise no âmbito do *praticado*, resumiram-se alguns casos convergentes de regras na maioria dos compêndios pesquisados e alguns casos particulares:

1. Antepõe-se o pronome oblíquo átono quando a locução verbal vem precedida de palavra negativa sem pausa, consoante Bechara (2009 [1961]), Cunha e Cintra (2008 [1985]), Luft (2002 [1976]) e Melo (1978 [1967]);

2. Antepõe-se o pronome oblíquo átono quando a locução verbal vem precedida de palavras com partículas *QU* – pronomes relativo, interrogativo e exclamativo, bem como conjunções subordinativas, de acordo com Bechara (2009 [1961]), Cunha e Cintra (2008 [1985]), Luft (2002 [1976]) e Melo (1978 [1967]);

3. Não se faz ênclise ao futuro do presente e do pretérito, nem a particípio passado, concordante com Bechara (2009 [1961]), Luft (2002 [1976]) e Melo (1978 [1967]);

4. Antepõe-se o pronome oblíquo átono com o gerúndio precedido da preposição *em*, conforme Bechara (2009 [1961]) e Melo (1978 [1967]);

5. As construções com o pronome *o* (*a, os, as*) não são usadas na colocação intra-LVC sem hífen (V1cIV2) em contextos de auxiliar + particípio, segundo Rocha Lima (2012 [1957]); e,

6. A próclise ao verbo principal nas locuções verbais é marcadamente utilizada no Brasil, conforme Rocha Lima (2012 [1957]), Bechara (2009 [1961]), Cunha e Cintra (2008 [1985]), Luft (2002 [1976]) e Melo (1978 [1967]).

Sobre o item 6, é interessante comentar que a gramática de Luft (2002 [1976]) é a única que traz esta regra com o mesmo peso e importância em relação às demais colocações de pronomes átonos e, assim, a traz no curso do capítulo/tópico como uma das possibilidades de utilização. Ademais, no tópico referente às regras de colocação dos pronomes oblíquos, esse autor ainda traz uma nota advogando que não faz sentido as gramáticas brasileiras condenarem as colocações brasileiras dos pronomes. As gramáticas de Rocha Lima (2012 [1957]) e Cunha e Cintra (2008 [1985]) trazem essa regra em um tópico posterior, à parte, não compondo, desta forma, as regras gerais de colocação do pronome átono: Rocha Lima (2012 [1957]) num tópico intitulado *Interposição do*

pronomes átonos; Cunha e Cintra (2008 [1985]), por sua vez, num tópico intitulado *A colocação dos pronomes átonos no Brasil*. A gramática de Bechara (2009 [1961]) traz essa regra em uma nota de observação e, ainda, num tópico posterior intitulado *Explicação da colocação dos pronomes átonos no Brasil*, comentando que é uma colocação frequente entre os brasileiros, mas ainda não acolhida pela Gramática clássica como digna de imitação. Melo (1978 [1967]) traz comentários sobre essa colocação numa nota de observação, comentando que é uma prática comum na linguagem coloquial brasileira, que já repercute na língua literária.

Feitos estes comentários, passa-se ao exame da colocação pronominal em locuções verbais efetivamente utilizada pelos brasileiros na escrita monitorada.

3. A colocação pronominal em locuções verbais no âmbito do *praticado*

De modo geral, contemplando as categorias pesquisadas, quais sejam, jornalística, literária, científica, religiosa e jurídica, a seguir, tem-se um quadro no qual se apresentam o número e a porcentagem de ocorrências por posição dos clíticos pronominais de cada categoria:

Quadro 2. Número de ocorrências e percentuais da colocação dos pronomes átonos em locuções verbais, segundo os textos pesquisados.

Corpora Posições	Textos jornalísticos		Textos literários		Textos científicos		Textos religiosos		Textos jurídicos		TOTAL	
clV1V2	38	7,6%	37	7,4%	35	7%	41	8,2%	55	11%	206	41,2%
V1-clV2	13	2,6%	09	1,8%	18	3,6%	09	1,8%	13	2,6%	62	12,4%
V1clV2	21	4,2%	40	8%	25	5%	24	4,8%	-	-	110	22%
V1V2-cl	28	5,6%	14	2,8%	22	4,4%	26	5,2%	32	6,4%	122	24,4%
TOTAL	100	20%	100	20%	100	20%	100	20%	100	20%	500	100%

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

A partir deste quadro, constata-se que, de modo geral, a colocação pré-LVC (clV1V2) é a mais preponderante com 41,2% das ocorrências, seguida, em segundo lugar, da colocação pós-LVC (V1V2-cl) com 24,4%, em terceiro lugar, da colocação intra-LVC

sem hífen (V1clV2) com 22% e, em quarto lugar, da colocação intra-LVC com hífen (V1-clV2) com 12,4% das ocorrências. É interessante indicar que nos textos jurídicos inexistente a colocação intra-LVC sem hífen (V1clV2), demonstrando o conservadorismo dos textos desse gênero em relação às marcas inovadoras do PB. Nos textos literários, por sua vez, a colocação intra-LVC sem hífen (V1clV2) é a com maior percentual entre as demais colocações, demonstrando uma propensão pelas marcas inovadoras do PB.

Em geral, também, serão detalhados o número de ocorrências e os percentuais relacionados aos contextos das formas do verbo principal no infinitivo, no gerúndio e no particípio:

Quadro 3. Número de ocorrências e percentuais da colocação dos pronomes átonos em locuções verbais, segundo a forma do verbo principal nos textos averiguados.

Posição pronominal Contexto	Lexias Verbais Complexas									
	clV1V2		V1-clV2		V1clV2		V1V2-cl		TOTAL	
Textos Jornalísticos										
Auxiliar + Infinitivo	30	6%	0 9	1,8%	09	1,8%	28	5,6%	76	15,2 %
Auxiliar + Gerúndio	02	0,4%	-	-	05	1%	-	-	07	1,4%
Auxiliar + Particípio	06	1,2%	0 4	0,8%	07	1,4%	-	-	17	3,4%
Textos Literários										
Auxiliar + Infinitivo	20	4%	0 6	1,2%	23	4,6%	14	2,8%	63	12,6 %
Auxiliar + Gerúndio	05	1%	0 1	0,2%	07	1,4%	-	-	13	2,6%
Auxiliar + Particípio	12	2,4%	0 2	0,4%	10	2%	-	-	24	4,8%
Textos Científicos										
Auxiliar + Infinitivo	24	4,8%	1 2	2,4%	14	2,8%	22	4,4%	72	14,4 %
Auxiliar + Gerúndio	02	0,4%	-	-	06	1,2%	-	-	08	1,6%
Auxiliar + Particípio	09	1,8%	0 6	1,2%	05	1%	-	-	20	4%
Textos Religiosos										
Auxiliar + Infinitivo	23	4,6%	0 7	1,4%	16	3,2%	26	5,2%	72	14,4 %
Auxiliar + Gerúndio	08	1,6%	-	-	04	0,8%	-	-	12	2,4%

Auxiliar + Particípio	10	2%	0 2	0,4%	04	0,8%	-	-	16	3,2%
Textos Jurídicos										
Auxiliar + Infinitivo	26	5,2%	0 5	1%	-	-	32	6,4%	63	12,6 %
Auxiliar + Gerúndio	02	0,4%	0 1	0,2%	-	-	-	-	03	0,6%
Auxiliar + Particípio	27	5,4%	0 7	1,4%	-	-	-	-	34	6,8%
Textos Jornalísticos, Literários, Científicos, Religiosos e Jurídicos										
Auxiliar + Infinitivo	12 3	24,6 %	3 9	7,8%	62	12,4 %	12 2	24,4 %	34 6	69,2 %
Auxiliar + Gerúndio	19	3,8%	0 2	0,4%	22	4,4%	-	-	43	8,6%
Auxiliar + Particípio	64	12,8 %	2 1	4,2%	26	5,2%	-	-	11 1	22,2 %
TOTAL GERAL	20 6	41,2 %	6 2	12,4 %	11 0	22%	12 2	24,4 %	50 0	100%

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Com base no quadro acima, verifica-se que, de modo geral, a forma do verbo principal no infinitivo com o percentual de 69,2% das ocorrências é o contexto de maior domínio, seguido, em segundo lugar, da forma do verbo principal no particípio com 22,2% e, em terceiro lugar, da forma do verbo principal no gerúndio com apenas 8,6% das ocorrências averiguadas. Nota-se, de modo geral, a inexistência da colocação pós-LVC (V1V2-cl) em contextos de locuções com auxiliar + gerúndio e auxiliar + particípio.

Assim sendo, adiante, apresenta-se o comparativo entre as regras dos compêndios gramaticais (*norma predicada*) e a realidade aplicada pelos brasileiros na modalidade escrita monitorada (*norma praticada*).

4. Cotejo entre o *predicado* e o *praticado* quanto ao fenômeno da colocação pronominal em locuções verbais

A partir da *norma predicada*, neste estudo, representada pelas prescrições dos compêndios gramaticais no que se refere à colocação pronominal em locuções verbais e da *norma praticada*, neste estudo, representada pelos escritos dos brasileiros nas categorias jornalística, literária, científica, religiosa e jurídica, adiante, será apresentada a sistematização comparativa do *predicado* e do *praticado* em voga.

Para promover a comparação almejada, são válidos alguns esclarecimentos em relação ao quadro a ser apresentado. Neste quadro, no âmbito do *predicado*, representado pela abreviatura PRE, há três casos particulares: o C1 (caso 1) representa as prescrições dos compêndios de Rocha Lima (2012 [1957]), Bechara (2009 [1961]), Cunha e Cintra (2008 [1985]) e Luft (2002 [1976]), por serem similares no resultado; o C2 (caso 2) representa as prescrições do compêndio de Melo (1978 [1967]); e, o C3 (caso 3) representa as prescrições do compêndio de Said Ali (1968 [1924]). Estas prescrições dizem respeito às possibilidades de mobilidade dos clíticos pronominais em locuções verbais, de acordo com os compêndios pesquisados. Já o âmbito do *praticado*, representado pela abreviatura PRA, apresenta-se às possibilidades de mobilidade dos clíticos pronominais encontradas, de modo geral, nos *corpora* averiguados.

Quadro 4. Comparação *predicado versus praticado*.

Posição pronominal	Lexias Verbais Complexas											
	cIV1V2			V1-cIV2			V1cIV2			V1V2-cl		
	PRE	PR A		PRE	PR A		PRE	PR A		PRE	PR A	
Auxiliar + Infinitivo	C 1	x	x	C 1	x	x	C 1	x	x	C 1	x	x
	C 2	x	x	C 2	x	x	C 2	x	x	C 2	x	x
	C 3	-	x	C 3	x	x	C 3	-	x	C 3	x	x
Auxiliar + Gerúndio	C 1	x	x	C 1	x	x	C 1	x	x	C 1	x	-
	C 2	x	x	C 2	x	x	C 2	x	x	C 2	x	-
	C 3	-	x	C 3	x	x	C 3	-	x	C 3	x	-
Auxiliar + Particípio	C 1	x	x	C 1	x	x	C 1	x	x	C 1	-	-
	C 2	-	x	C 2	-	x	C 2	-	x	C 2	-	-
	C 3	x	x	C 3	x	x	C 3	-	x	C 3	-	-

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Assim, constata-se que a colocação pré-LVC (clV1V2) têm, de modo geral, tanto prescrições gramaticais quanto os usos pelos brasileiros na escrita monitorada. Para esta colocação, não houve prescrições no compêndio de Said Ali (1968 [1924]) em contextos de locuções com auxiliar + infinitivo e auxiliar + gerúndio, nem prescrições no compêndio de Melo (1978 [1967]) em contextos de locuções com auxiliar + particípio, apesar de ter prescrições nos demais compêndios examinados e ainda ser praticada entre os brasileiros na escrita monitorada.

A colocação intra-LVC com hífen (V1-clV2), por sua vez, de modo geral, também, contempla tanto as prescrições gramaticais quanto os usos pelos brasileiros na escrita monitorada. Para esta colocação, apenas o compêndio de Melo (1978 [1967]) não apresenta prescrições em contextos de locuções com auxiliar + particípio, mesmo prescrita por outros compêndios e utilizada na escrita monitorada pelos brasileiros.

Já a colocação intra-LVC sem hífen (V1clV2), de modo geral, também, abarca tanto as prescrições gramaticais quanto os usos pelos brasileiros na escrita monitorada. Esta colocação não teve prescrições no compêndio de Said Ali (1968 [1924]) em contextos de locuções com auxiliar + infinitivo, auxiliar + gerúndio e auxiliar + particípio, assim como não teve prescrições no compêndio de Melo (1978 [1967]) em contextos de locuções com auxiliar + particípio, embora existam prescrições nos demais compêndios averiguados e ainda ser produtiva entre os brasileiros na escrita monitorada. Vale lembrar, ainda, conforme exposto por Rocha Lima (2012 [1957]), Bechara (2009 [1961]), Cunha e Cintra (2008 [1985]), Luft (2002 [1976]) e Melo (1978 [1967]), que a colocação intra-LVC sem hífen (V1clV2) nas locuções verbais é nitidamente utilizada entre os brasileiros. Contudo, é oportuno lembrar, também, que nos textos jurídicos não foram visualizadas ocorrências dessa colocação, trazendo, assim, à baila o conservadorismo nesses escritos e a não propensão para o uso de marcas inovadoras do PB.

A colocação pós-LVC (V1V2-cl), no que lhe concerne, apresenta tanto prescrições gramaticais quanto os usos pelos brasileiros na escrita monitorada, em contextos de locuções com auxiliar + infinitivo. Há prescrições gramaticais, porém não há usos entre os brasileiros na escrita monitorada, em contextos de locuções com auxiliar + gerúndio. Nos contextos de locuções com auxiliar + particípio, não há mobilidade de pronome átono pós-LVC (V1V2-cl), nem usos entre os brasileiros. É interessante frisar, segundo Bechara (2009 [1961]), Luft (2002 [1976]) e Melo (1978 [1967]), que não se faz

ênclise a particípio passado, com isso, explicar-se a não mobilidade dos clíticos pronominais nesses contextos.

Para a comparação da *norma predicada* e da *norma praticada*, é notório reiterar as informações sobre o número de ocorrências e percentuais da colocação dos pronomes átonos em locuções verbais, segundo a forma do verbo principal em textos analisados. Assim sendo, apresenta-se parte do Quadro 3 para contribuir com a sistematização comparativa em curso.

Quadro 5. Número de ocorrências e percentuais da colocação dos pronomes átonos em locuções verbais, segundo a forma do verbo principal nos textos analisados.

Posição pronominal Contexto	Lexias Verbais Complexas									
	cIV1V2		V1-cIV2		V1cIV2		V1V2-cl		TOTAL	
Textos Jornalísticos, Literários, Científicos, Religiosos e Jurídicos										
Auxiliar + Infinitivo	12	24,6	3	7,8%	62	12,4	12	24,4	34	69,2
	3	%	9			%	2	%	6	%
Auxiliar + Gerúndio	19	3,8%	0	0,4%	22	4,4%	-	-	43	8,6%
			2							
Auxiliar + Particípio	64	12,8	2	4,2%	26	5,2%	-	-	11	22,2
		%	1						1	%
TOTAL GERAL	20	41,2	6	12,4	11	22%	12	24,4	50	100%
	6	%	2	%	0		2	%	0	

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Assim, a posição pré-LVC (cIV1V2) é a mais frequente das colocações, correspondendo a 41,2% das ocorrências averiguadas. Tal percentual se deve principalmente pela presença de elementos proclisadores, tais como palavras negativas sem pausa, palavras com partículas QU – pronomes relativo, interrogativo e exclamativo, bem como conjunções subordinativas, consoante preceitua Bechara (2009 [1961]), Cunha e Cintra (2008 [1985]), Luft (2002 [1976]) e Melo (1978 [1967]). Fazendo-se um apanhado desses contextos com palavras negativas sem pausa, palavras com partículas QU e conjunções subordinativas, têm-se 118 ocorrências, sendo que 24 em textos jornalísticos, 16 em textos literários, 21 em textos científicos, 19 em textos religiosos e 38 em textos jurídicos.

A segunda colocação com maior produtividade é posição pós-LVC (V1V2-cl), correspondendo a 24,4% das ocorrências averiguadas. Vale destacar que todas as ocorrências averiguadas estão elencadas em contextos de locuções com auxiliar + infinitivo. No que se refere às prescrições que podem favorecer tal colocação é que a

ênclise, conforme Luft (2002 [1976]), é a colocação pronominal básica e normal, na *norma culta*. Além disso, é interessante frisar que mesmo tendo regras para o uso da próclise ao auxiliar quando a locução vem precedida de palavras negativas sem pausa, palavras com partículas QU e conjunções subordinativas, há 10 ocorrências no *praticado* com ênclise ao verbo principal.

A terceira colocação com representatividade é a posição intra-LVC sem hífen (V1cIV2), que corresponde a 22% das ocorrências registradas. Tal representatividade se deve sobretudo porque a próclise ao verbo principal nas locuções verbais é marcadamente utilizada no Brasil, segundo atestam Rocha Lima (2012 [1957]), Bechara (2009), Cunha e Cintra (2008 [1985]), Luft (2002 [1976]) e Melo (1978 [1967]), e um brasileirismo normal, conforme Teyssier (2001). Vale destacar que não foram encontradas construções intra-LVC sem hífen (V1cIV2) com o pronome *o* (*a*, *os*, *as*) em contextos de auxiliar + particípio, indo, assim, em concordância com o que diz Rocha Lima (2012 [1957]). Ademais, é válido mencionar que mesmo tendo regras para o uso da próclise ao verbo auxiliar quando a locução vem precedida de palavras negativas sem pausa, palavras com partículas QU e conjunções subordinativas, há 15 ocorrências nos *corpora* pesquisados com próclise ao verbo principal.

A quarta colocação e a considerada a menos frequente é a posição intra-LVC com hífen (V1-cIV2), que corresponde a 12,4% das ocorrências investigadas. O uso dessa colocação se deve pelo fato da ênclise, na *norma culta*, ser a colocação pronominal básica e normal, conforme Luft (2002 [1976]). Além disso, deve-se em parte pelo fato de não poder começar período por pronome oblíquo átono, em concordância com o que preceituam Bechara (2009 [1961]), Luft (2012 [1976]) e Melo (1978 [1967]). É notório mencionar que nos dados enquadrados não há ocorrências de pronome oblíquo átono iniciando período e vale destacar, ainda, que das 62 ocorrências na posição intra-LVC com hífen (V1-cIV2), 15 delas estão iniciando período. Diante disso, percebe-se que a regra geral de ênclise para o período simples é aplicada para esses casos de locuções.

Assim sendo, a partir dessa sistematização comparativa entre o *predicado* e o *praticado*, passam-se as considerações finais.

Considerações finais

O presente estudo investigativo acerca da instrumentação linguística quanto ao estatuto da colocação pronominal em locuções verbais, a partir da comparação dos dispositivos normativos expostas nos artefatos tecnológicos de Rocha Lima (2012

[1957]), Bechara (2009 [1961]), Cunha e Cintra (2008 [1985]), Luft (2002 [1976]), Melo (1978 [1967]) e Said Ali (1969 [1924]) com o que efetivamente os brasileiros realizam em textos jornalísticos, literários, científicos, religiosos e jurídicos nos quinze primeiros anos do século XXI, mostrou-se promissor no sentido de constatar a mobilidade por que passam os pronomes oblíquos átonos e também demonstrou como os artefatos tecnológicos ainda precisam abarcar os usos efetivados pelos brasileiros em contextos monitorados, tentando representar, de fato, o PB.

Os compêndios gramaticais apresentam-se em sua maioria regras prescritivas convergentes quanto à mobilidade desses clíticos pronominais em locuções verbais. Constatou-se, assim, a concordância dos preceitos gramaticais contemplados nos compêndios de Rocha Lima (2012 [1957]), Bechara (2009 [1961]), Cunha e Cintra (2008 [1985]) e Luft (2002 [1976]) quanto à mobilidade dos clíticos pronominais nos contextos de locuções com auxiliar + infinitivo, auxiliar + gerúndio e auxiliar + particípio. O compêndio gramatical de Melo (1978 [1967]), por sua vez, mesmo sendo convergente com os compêndios acima no que se refere aos contextos de locuções com auxiliar + infinitivo e auxiliar + gerúndio, é divergente no sentido de não considerar como locuções verbais as construções com auxiliar + particípio, com isso, inexistindo mobilidade da colocação dos pronomes átonos nesses contextos. O compêndio de Said Ali (1968 [1924]) é o mais discrepante dos compêndios em relação à mobilidade dos clíticos e os contextos a serem utilizados. Neste compêndio, a colocação pré-LVC (clV1V2) pode ser aplicada nos contextos de locuções com auxiliar + infinitivo. A colocação intra-LVC com hífen (V1-clV2), por sua vez, é utilizada nos contextos de locuções com auxiliar + infinitivo, auxiliar + gerúndio e auxiliar + particípio. Já a colocação pós-LVC (V1V2-cl) é convergente com dos demais compêndios à medida que pode ser aplicada em contextos com auxiliar + infinitivo e auxiliar + gerúndio. Conforme já mencionado anteriormente, uma das possibilidades para justificar a ausência de regras seja pelo fato de o autor não fazer referência a regras de colocação em tempo simples ou por não trazer notas explicativas para usos diferenciados entre o PB e o PE.

Ademais, ainda fazendo considerações sobre a *norma predicada*, é interessante comentar que as regras para a utilização da posição intra-LVC sem hífen (V1clV2) nos compêndios gramaticais não são tratadas de forma unívoca. Luft (2002 [1976]) traz a possibilidade de uso dessa posição elencada com as demais colocações, enquanto, que Rocha Lima (2012 [1957]), Bechara (2009 [1961]), Cunha e Cintra (2008 [1985]) e Melo (1978 [1967]) trazem essa possibilidade em tópico à parte ou em notas de observação,

não compendo, deste modo, as regras gerais de colocação do pronome átono elencadas nos compêndios. Diferentemente dos demais compêndios, Said Ali (1968 [1924]), pelo menos no tópico que aborda sobre a colocação pronominal em locuções verbais, não apresenta a possibilidade de uso dessa *variante* de colocação.

Nos textos contemporâneos nas categorias jornalística, literária, científica, religiosa e jurídica, verifica-se que, de modo geral, a colocação pré-LVC (clV1V2) é a de maior representatividade, seguida, em segundo lugar, da colocação pós-LVC (V1V2-cl), em terceiro lugar, da colocação intra-LVC sem hífen (V1clV2) e, em quarto lugar, da colocação intra-LVC com hífen (V1-clV2). Com isso, vê-se que a questão norteadora da investigativa que consistia em saber qual a colocação pronominal em locuções verbais mais recorrente nos textos dos primeiros quinze anos do século XXI é respondida: a colocação pré-LVC (clV1V2) é a mais produtiva entre os textos contemporâneos. Nesse contexto, a hipótese levantada de que a posição intra-LVC sem hífen (V1clV2) fosse a mais recorrente foi refutada. Ademais, vale sobrelevar que, mesmo o percentual sendo menor, a colocação intra-LVC sem hífen (V1clV2), considerada marca brasileira por muitos pesquisadores, é a terceira mais aplicada, tendo aceitabilidade à medida que há um significativo número de ocorrências.

Ainda no que se refere ao uso da colocação intra-LVC sem hífen (V1clV2), verifica-se que o número maior de ocorrências foi catalogado na categoria de textos literários. Aventa-se que essa preponderância se deve sobremaneira pela liberdade de criação que os escritores têm em relação às demais categorias de textos monitorados. Sobrelevar-se, ainda, que nos textos jurídicos não foram encontradas ocorrências de colocação intra-LVC sem hífen (V1clV2), tal fato pode se dever pelo conservadorismo e total obediência aos preceitos tradicionais da gramática normativa.

No cotejo entre o *predicado* e o *praticado*, certifica-se que, de modo geral, há concordância entre as prescrições gramaticais e os usos dos brasileiros na escrita monitorada. Desta forma, apreende-se que a *norma predicada* e a *norma praticada*, no que se refere à colocação pronominal em locuções verbais, apresentam-se convergentes. Contudo, é notório comentar que os instrumentos linguísticos analisados, à exceção de Luft (2002 [1976]), podem repensar e trazer como regras básicas, e não como notas de rodapé ou observações ou em tópico à parte, as formas efetivamente realizadas pelos brasileiros, como é o caso da colocação intra-LVC sem hífen (V1clV2).

Com a realização do presente artigo, verifica-se a necessidade de o assunto de colocação pronominal em locuções verbais ser repensado e atualizado nas gramáticas

normativas, no sentido de abarcar como regras básicas as realizações efetivamente em uso pelos brasileiros, particularmente em contextos monitorados.

Referências

Fontes primárias

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [1961].

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008 [1985].

LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002 [1976].

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa: de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978 [1967].

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 50. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012 [1957].

SAID ALI, Manuel. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa: revista e comentada de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira por Evanildo Bechara*. 8. ed. São Paulo: Melhoramento, 1969 [1924].

Fontes secundárias

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Evanildo Bechara: biografia*. 2016a (atualizado em 7 mar. 2016). Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/evanildo-bechara/biografia>. Acesso em: 29 jun. 2023.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Celso Ferreira da Cunha: biografia*. 2016b (atualizado em 13 out. 2016). Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/celso-ferreira-da-cunha/biografia>. Acesso em: 29 jun. 2023.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2014 [1992].

BAGNO, Marcos. *Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2009.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. Variação linguística no curso de Letras: práticas de ensino. In: ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto (org.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BECHARA, Evanildo. *M. Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa*. Instituto de Educação do Estado da Guanabara: Rio de Janeiro, 1962. (Tese de concurso). Disponível em: <http://www.filologia.org.br/textos/bechara1962-a.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BIAZOLLI, Caroline Carnielli. *Clíticos pronominais no português de São Paulo: 1880 a 1920 – uma análise sócio-histórico-linguística*. 2010. 230f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, Campus de Araraquara, Araraquara, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93992>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BIAZOLLI, Caroline Carnielli. Retratos da variação na posição dos clíticos pronominais em complexos verbais no português paulista (1880 a 1920). *Sociodialeto*: Bach., Linc., Mestrado Letras UEMS/Campo Grande, v. 1, n. 6, p. 1-20, fev. 2012.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução Marcos Marcionilo. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

CASTRO, Ivo. Lindley Cintra. Bibliografia elaborada pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa - CLUL-INIC. *Camões – Instituto da cooperação*, c2016. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/lindley-cintra>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CAVALCANTE, Sílvia Regina de Oliveira; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; PAGOTTO, Emílio Gozze. Clíticos no século 19: uma questão de posição social? In: CALLOU, Dinah; BARBOSA, Afranio (org). *A Norma Brasileira em construção: cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/UFRJ, 2011, p. 167-217.

CLEMENTE, Elvo. Filólogo Celso Pedro Luft de Manuel Said Ali à Moderna Gramática Brasileira. *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Cadernos do CNLF*, v. IX, n. 3, 2005. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/06.htm> Acesso em: 29 jun. 2023.

COSTA, Jacqueline Calisto. *A ordem dos clíticos em complexos verbais: uma análise sociolinguística de cartas mineiras*. 2014. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras – Habilitação em Português/Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

DIAS, Luiz Francisco. Gramática e política de língua: institucionalização do lingüístico e constituição de evidências lingüísticas. In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (org.). *Política lingüística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2007. p. 183-200.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; PAGOTTO, Emílio Gozze. Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: Lopes, Célia Regina dos Santos (org.) *A norma brasileira em construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século 19*. 1. ed. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2005. cap. 3. p. 67-82.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto (org.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola, 2015, p. 19-30.

FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.

FERREIRA, Ana Claudia F. A análise de discurso e a constituição de uma História das Ideias Linguísticas do Brasil. *Fragmentum*, Santa Maria, n. Especial, p. 17-47, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/36580>. Acesso em: 12 set. 2023.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira; ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Apresentação: Identidade linguística. In: GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira; ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (org.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 9-15.

HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva. Said Ali e a acentuação: primórdios da Linguística no Brasil. *Estudos de Lingüística Galega*, v. 3, p. 51-64, jun. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305626393010>. Acesso em: 1 jul. 2023.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. 2. ed. 3. reim. São Paulo: Contexto, 2014.

LEITE, Marli Quadros. A gramatização da colocação dos pronomes átonos em gramáticas portuguesas e brasileiras. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 127-140, 2013. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/5617/4507>. Acesso em: 12 jul. 2023.

LUCCHESI, Dante; LOBO, Tânia Conceição Freire. Gramática e Ideologia. *Sitientibus*, Feira de Santana, v. 8, p. 73-81, 1988. Disponível em: https://www.prohpor.org/files/ugd/c8e334_c7dfe144d501417ba698dbd17608b00b.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

MARTINS, Marco Antonio. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. 2009. 326f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92725/264310.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MARTINS, Marco Antonio. Clíticos em complexos verbais em português. *Veredas: revista de Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Juiz de Fora*, Juiz de Fora, v.

14, n. 1, p. 88-104, 2010.

MENDES, Leila Cristina. *As figuras de linguagem na Gramática secundária de Said Ali e na Moderna gramática portuguesa de Evanildo Bechara: um estudo descritivo-analítico*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/14185>. Acesso em: 1 jul. 2023.

NUNES, Carla da Silva. *Um estudo sociolinguístico sobre a ordem dos clíticos em complexos verbais no PB e no PE*. 2009. 256f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NUNES, Carla da Silva. *A ordenação do clítico “se” em complexos verbais nas produções escritas do Brasil e de Portugal nos séculos XIX e XX segundo a perspectiva sociolinguística*. 2014. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Apresentação. In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 7-20.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. A língua brasileira. *Ciência e Cultura*, v. 57, n. 2, p. 29-30, 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a16v57n2.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli; GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 21-38.

PAGOTTO, Emílio Gozze. *A posição dos clíticos em Português: um estudo diacrônico*. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/46498>. Acesso em: 12 jul. 2023.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 1, n. 2, p. 49-68, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8663583>. Acesso em: 12 jul. 2023.

PENHA, João Alves Pereira. Gladstone Chaves de Melo 1917-2001. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). *Cadernos do CNLF*, série VII, n. 5, 2003. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno05-03.html>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PETERSON, Márcia Saldanha; VIEIRA, Sílvia Rodrigues. A ordem dos clíticos pronominais em complexos verbais: as normas de uso em cartas de leitor. *Fórum*

Linguístico, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 57-67, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2012v9n1p57/22553>. Acesso em: 12 jul. 2023.

PFEIFFER, Claudia Regina Castellanos. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 167-183.

SANTOS, Daniely Cassimiro de Oliveira. *Do predicado ao praticado na constituição da norma brasileira [1870-1929]: a colocação pronominal*. 2015. 370f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3255055. Acesso em: 12 jul. 2023.

SANTOS, Daniely Cassimiro de Oliveira; VIEIRA, Silvia Rodrigues. Língua, literatura e a identidade da norma: o caso da colocação pronominal. *Ciências humanas e sociais em revista*, Rio de Janeiro: EDUR/UFRRJ, v. 33, n. 1, p. 11-29, jan./jun. 2011.

SCHEI, Ane. A colocação pronominal na literatura brasileira do século XIX. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [S. l.], n. 5, p. 57-84, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59700>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SCHEI, Ane. *A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2003.

SCHEI, Ane. *A colocação pronominal do século XIX: a língua literária brasileira*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. Fontes para o estudo da vida e obra de Manuel Said Ali. *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 5, p. 48-59, jan./jun. 1993. Disponível em: <https://confluencia.emnuvens.com.br/rc/article/view/740/502>. Acesso em: 29 jun. 2023.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1994.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Tradução Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues. *Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em Português*. 2002. 441f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues. Análise de variedades do Português: a ordem dos clíticos em complexos verbais. In: *Anais do III Congresso Internacional da ABRALIN*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p. 221-229. Disponível em: <https://catedraportugues.uem.mz/storage/app/media/bibliografia/silviarvabralin2003b.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.